



Camponeses do Maranhão em luta

450 camponeses do Baixo Parnaíba no Maranhão realizaram o seu 1º Congresso. Foram 4 dias de discussões e manifestações pela terra, por sindicatos fortes e contra Collor.

PÁGINA 8



Na ECO-92 uma passeata de 50.000 pessoas manifestou o desejo brasileiro: "Fora Collor"

CPI ESTÁ CHEGANDO AO OCEANO DE LAMA DO GOVERNO COLLOR

MAS ELITES PREFEREM CORRUPÇÃO À DEMOCRACIA

Os depoimentos dos empresários extorquidos pelo Governo Collor e a entrevista do ex-presidente da Petrobrás, Motta Veiga, fizeram avançar as investigações da CPI sobre a corrupção collorida. A cada depoimento, a CPI aproxima-se mais do verdadeiro chefe da "gang" que assaltou o Brasil: o ocupante do Palácio do Planalto, Collor de Mello. Sem o guarda-chuva protetor dos chefes de Estado que participaram da ECO-92, Collor está cada vez mais vulnerável à Justiça e à polícia, pelos insofismáveis crimes cometidos. Esta vulnerabilidade foi sentida, logo após o encerramento

da ECO, pelo mercado financeiro e as bolsas do Rio e São Paulo tiveram uma semana de quedas recordes. As classes dominantes, assustadas com a seriedade das denúncias já apuradas pela CPI, já articulam uma salvação para Collor. Querem atropelar os trabalhos da CPI, rifar o famoso PC e preservar a governabilidade. Para isso, é preciso evitar a mobilização popular e restringir a liberdade de organização partidária. As elites, entre a corrupção e a democracia, preferem a corrupção. Compete ao povo, organizado nas ruas, lutar contra a corrupção e pela democracia.

PÁGINA 5

A GUERRA FRIA: RICOS x POBRES

Foi uma guerra fria de países ricos contra os pobres. Ao final da ECO-92 houve uma espécie de empate. O imperialismo norte-americano, isolado, não assinou a Biodiversidade, em compensação não vai reduzir a emissão de gases nem pagar a conta da poluição. Para os pobres outra compensação: não aceitarão o controle compulsivo da natalidade.

PÁGINAS 6 e 7

SUPLEMENTO



A prisioneira Nexhmije Hoxha

Comunista albanesa escreve da prisão a João Amazonas

CSC quer CUT longe da CIOSL

PÁGINA 9

Greve acaba; luta portuária continua

PÁGINA 4

CARTAS

Versão dos Comunistas

Depois de discutirem com o professor de geografia acerca dos últimos acontecimentos ocorridos na ex-URSS e no Leste europeu, já desconfiados com as notícias dos grandes jornais falados e escritos do país, os alunos da 8ª série (tarde) da EMPG Antonio Carlos de Andrade e Silva - São Miguel Paulista - resolveram ler diretamente dos comunistas a versão desses acontecimentos, assinando "A Classe Operária" para estudarem com o professor durante o 2º semestre-92.

Fizeram uma "vaquinha" com Marcos, Washington, Gilberto, Márcio, João, Rogério, Fábio, Fernando. E as mulheres estiveram presentes com a Andréa, Alice e a Luciene (quem vai receber o jornal) e terão A Classe para esse debate.

Prof. Tuiti T. Lima
São Miguel Paulista - SP

Chama

Da chama que não se apaga
Nasceu o Partido Comunista
do Brasil

Quando encarcerado
Um canto saiu por entre as grades:
De pé ó vítimas da fome...

Quando os revisionistas tomaram a
senda da traição
O Partido, reorganizado, não traiu
o proletariado

Quando a ditadura militar sangrou a
Nação
O Araguaia era o povo em armas,
resistindo
Na guerrilha do século
Histórias memoráveis de dor e
heroísmo

Quando massacrado na Lapa
Ressurgiu como sol depois da
tempestade
Pois a fonte do povo é inesgotável!

Quando os arautos do anticomunismo
Dizem que a história terminou e o
socialismo morreu
Aqui está, desde 1922, o PCdoB
fazendo história
Com a bandeira viva do socialismo

Ao completar 70 anos de vida
O PCdoB reafirma os princípios
do marxismo-leninismo
E luta, desde já, pelo socialismo
A chama que não se apaga

Antonio Fernando
Rio de Janeiro

Urgente solidariedade

Ampliamos nesta edição o número de nossas páginas com a publicação de um suplemento, que expressa nossa solidariedade internacional a uma comunista presa na Albânia. Trata-se de Nexhmije Hoxha, antiga militante do Partido do Trabalho da Albânia.

O documento em questão, uma carta escrita da prisão ao presidente do PCdoB, João Amazonas, ganha importância por ser um testemunho vivo de uma lutadora, que depois de dedicar toda sua vida à revolução e à construção do socialismo na Albânia, vê os estragos que o capitalismo vem causando à sua pátria e seu povo. É um depoimento comovente, feito entre as paredes de uma cela solitária, por uma mulher de 71 anos, que não perdeu a lucidez nem a confiança no futuro socialista para seu país e demais povos do mundo.

A situação de ex-dirigentes albaneses presos vem sendo alvo da campanha de solidarie-

dade de progressistas e comunistas em todo mundo. Os deputados federais do Partido Comunista do Brasil também já deflagraram essa campanha aqui no Brasil com um abaixo-assinado entre deputados e senadores.

A divulgação da carta da comunista Nexhmije Hoxha, que esta edição publica, será educativa em meio à crise de perspectiva desencadeada com a débacle dos países socialistas.

E, seguramente, despertará gestos de solidariedade internacionalista que ecoarão entre os prisioneiros políticos albaneses, dentre eles a própria Nexhmije Hoxha, que se encontra gravemente enferma.

Ana Maria Rocha



Inacreditável governo anti-povo

Já se passaram dois anos do governo inacreditável do presidente collorido.

Inacreditável por dois aspectos fundamentais:

- nunca, em tantos anos de governo em um país, que assistimos perplexos uma política tão criminosa e corrupta;

- é de se admirar a falta de estrutura e confusão em tão pouco tempo de gestão. Ficamos temerosos quanto ao futuro desse "pobre" país.

O governo está brincando com os sentimentos populares e é por esse motivo que deveríamos agir com muita precisão e audácia.

Ficamos chocados e decepcionados com esses políticos da forma que estão levando os rumos da Nação.

O nosso Brasil, ah Brasil! que possui uma cultura tão rica, um povo que tem um potencial, mas que

ao mesmo tempo está adormecido, e quando será que vai acordar?

Esperamos que seja em pouco tempo e que finalmente possamos dar um basta em tudo isso, pois contra a força do povo, não há governos, nem exércitos que impeçam sua luta.

Eu, como filiado ao PCdoB, orgulho-me em pertencer a uma organização política de forte tradição, e que sempre honrou sua atitude de fortalecer a consciência do povo e tornar esse país forte e potente.

Por isso, eu, você, todos nós, temos um compromisso muito importante, lutar por nossa pátria, que no atual momento agoniza e pede ajuda. Temos uma tarefa a cumprir e por esse motivo não vamos deixar essa missão em vão. Força meu povo.

George André da Costa
São Cristóvão - R.J.

LÚCIO & FLÁVIO



A Classe Operária

Diretor e Jornalista Responsável
João Amazonas
Editora: Ana Maria Rocha
Redação: Dilermano Toni, Gulomar Prates, Jefferson Barros
Colaboradores: Altamiro Borges, Antonio Carlos Quelroz, Bernardo Joffily, Carlos H. Vasconcelos, Carlos Pompe, José Reinaldo Carvalho, Juarez Tadeu, Moacyr de Oliveira Filho, Olívia Rangel, Pedro Augusto Perreira, Pedro Oliveira, Umberto Martins - **Projeto Gráfico:** Auracébio e Equipe - **Diagramação:** José Luis Manuera Reyes
Composição e Arte Final
Compart - Fone: (011) 36-0412
Fotolito: Enfocke - **Impressão:** Gazeta da Lapa - **Administração:** Vera Lúcia Lopes da Silva - **Arquivo:** Leandro Shillpake - **Secretaria:** Márcia Medeiros
Publicação da Empresa Jornalística A Classe Operária - Rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista - São Paulo/SP - Fone/Fax: (011) 34-4140

Sedes Regionais do PCdoB

ACRE - Rio Branco - R. Rio Grande do Sul, 65 - (068) 224-7329 - ALAGOAS - Maceló - Ladeira do Brito, 72 - Centro - (082) 221-4634/221-4728 - AMAZONAS - Manaus - R. Luiz Antony, 762 Centro - (092) 233-7717 - AMAPÁ - Macapá - Av. Feliciano Coelho, 882 - Bairro do Trem - BAHIA - Salvador - R. Junqueira Ayres, 41 - Barris - (071) 321-6420/321-6622 - CEARÁ - Fortaleza - R. São Paulo, 1.037 - Centro - (085) 221-4090 - DF - Brasília - HIGS Bloco G Casa 67 - (061) 225-8202/225-3933 - ESPÍRITO SANTO - Vitória - R. Prof. Baltazar, 152 - Centro - (027) 222-8162 - GOIÁS - Goiânia - Alameda Botafogo, 427 - Centro - (062) 223-5571 - MARANHÃO - São Luiz - R. Viana Vaz, 110 - Centro - (098) 222-5295 - MINAS GERAIS - Belo Horizonte - R. Padre Belchior, 285 - Centro - (031) 222-3161 e 173-1519 - MATO GROSSO DO SUL - Campo Grande - R. Arthur Jorge, 1256 BL D Ap. 2 - Centro - (067) 721-1390 - MATO GROSSO - Cuiabá - R. Comandante Costa, 548 - Centro - (065) 321-5095 - PARÁ - Belém - R. 3 de maio, 1.834 - Centro - (091) 229-5200 - PARÁIBA - João Pessoa - R. Pedro II, 932 - Centro - (083) 221-8325 - PERNAMBUCO - Recife - R. Afonso Pena, 233 - Boa Vista - (081) 231-2036 - PIAUÍ - Teresina - R. Desembargador Freitas, 1.216 - Centro - (086) 221-1162 - PARANÁ - Curitiba - R. Dr. Pedroso, 249 (sobrelôja) - Centro - (041) 223-5920 - RIO DE JANEIRO - Rio de Janeiro - R. 13 de Maio, 33 - 16º andar - Conj. 1601 - Centro - (021) 240-5286/220-1366 - RIO GRANDE DO NORTE - Natal - Praça Kennedy - R. Vaz Godin, 86 - Centro - (084) 222-6323 - RONDÔNIA - Porto Velho - R. Tenreiro Aranha, 2.122 - Centro - (069) 222-4242 - RORAIMA - Boa Vista - Avenida Capitão Júlio Bezerra, 953 - São Francisco - (095) 224-1870 - RIO GRANDE DO SUL - Porto Alegre - R. Dr. Vale, 142 - Floresta - (0512) 229-4173 - SANTA CATARINA - Florianópolis - Avenida Mauro Ramos, 475 - Centro - (0482) 24-1927 - SERGIPE - Aracaju - R. Lagarto, 890 - Centro - (079) 224-8664 - SÃO PAULO - São Paulo - R. Condessa de São Joaquim, 272 - Liberdade - (011) 277-3322 - TOCANTINS - Gurupi - Avenida Golás, 1962b - Centro.

ASSINE
"A CLASSE OPERÁRIA"

Recorte e envie com cheque para
Empresa Jornalística A Classe Operária - Rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista - São Paulo - CEP 01316
Trimestral: Cr\$ 13.000,00
Semestral: Cr\$ 25.000,00
Anual: Cr\$ 50.000,00

CDM
Nome
Endereço
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Opinião

Eleger Comunistas; lutar por hegemonia

Rogério Lustosa
MEMBRO DO CC DO PCdoB

Atuar nas eleições de outubro próximo, tendo em vista os objetivos revolucionários, exige três condições básicas: fazer da campanha uma oportunidade para debater com os eleitores e a população em geral as soluções radicais que a situação do país reclama; estabelecer alianças e evitar o isolamento do Partido; eleger os candidatos comunistas.

Não se pode perder de vista que o PCdoB disputa a hegemonia política com outras correntes de opinião. Para conquistar seu espaço próprio, enfrenta não só pressões da direita, mas também de grupos no terreno da esquerda. Alguns dos quais pretendem "amarrar" os comunistas em coligações estreitas, que dificultam levar a campanha às grandes massas e praticamente impossibilitam a eleição dos candidatos do Partido.

Não há porque atrelar-se a essa ou aquela legenda apoiando-se em posições preconcebidas. Ainda mais quando o reacomodamento de forças tem provocado um sem número de divisões em todos os partidos. Muitas vezes a coligação que mais se aproxima do povo não se realiza com base em partidos que se auto denominam de "esquerda". A batalha eleitoral exige ousadia para aproveitar brechas em favor da revolução e do Partido, de acordo com as condições em cada local. É necessário ter consciência de que o PCdoB é o partido do socialismo e o partido da revolução. E que essa é uma referência fundamental para se identificar o pólo progressista na disputa eleitoral em cada município.

O esforço para promover coligações com diversas legendas, leva em conta tanto as exigências da legislação eleitoral - que restringem as possibilidades dos partidos menores -, como a

orientação de somar forças populares para combater as oligarquias. Mas essas coligações, por sua vez, só cumprirão o seu papel se os comunistas souberem, no seu interior, preservar a independência e fazer chegar aos eleitores as propostas mais avançadas na defesa do progresso e da liberdade. "Tudo pela coligação", como querem nos impor alguns grupos "mui amigos", conduz o Partido a uma situação de reboque. A política comunista exige defender a unidade e, ao mesmo tempo, preservar os interesses revolucionários.

Nessa conjuntura de brutal ofensiva mundial anticomunista, a avaliação do resultado eleitoral terá como um parâmetro de primeira ordem o número de vereadores alcançado pelo PCdoB. E a conquista de uma forte bancada será, certamente, uma condição importante para o crescimento e consolidação do Partido.

O resultado eleitoral será medido pelo número de vereadores eleitos pelo PCdoB

ECOS DA ECO-92: BUSH NÃO
ASSINA ACORDO DA BIODIVERSIDADE



Impeachment nelle

O Brasil vem sendo abalado por sucessivas crises políticas. Agora, com a revelação de novos casos de corrupção, e da "simbiose" entre Fernando Collor e Paulo César Farias, o PC, a situação toma um caráter agudo. O governo apodreceu e não tem mais como permanecer no Palácio do Planalto. O PCdoB considera que está em pauta, pela força dos fatos, o impedimento do presidente da República".

Iniciava assim a nota da Direção Nacional do PCdoB, divulgada em 26 de maio, logo após as denúncias feitas pelo irmão do presidente, Pedro Collor. O desenrolar dos acontecimentos desde então só vieram comprovar a justiça dessa avaliação. A CPI, que inicialmente era defendida apenas por alguns setores da esquerda, foi ganhando importância e credibilidade até entre setores antes recalcitrantes, galvanizando a opinião pública ainda mais com os primeiros depoimentos, inclusive do próprio PC Farias. E o impeachment, defendido desde a primeira hora pelo PCdoB, passou à cena principal, sobretudo após a divulgação da entrevista de Motta Veiga, ex-presidente da PETROBRAS, que dá novos indicativos da relação entre os "negócios" do PC Farias e o Palácio do Planalto. Até políticos como Ulysses Guimarães e Flery, governador de São Paulo, tendentes à moderação, chegaram a admitir na imprensa o impedimento do presidente.

Mas não são só as denúncias de corrupção e de negócios espúreos que empurram cada vez mais o presidente da República para o isolamento político e agravamento da crise.

A tentativa de Collor de implantar o projeto neo-liberal no Bra-

sil acarreta piora nas condições de vida para o povo e acirra as contradições entre as classes dominantes brasileiras. A imposição do FMI para a aprovação da reforma fiscal encontra resistência entre os governadores e setores do empresariado. A desregulamentação dos portos é veementemente rejeitada pelos portuários de todo o Brasil e a Lei das Patentes fere os mais profundos sentimentos soberanos dos patriotas brasileiros, para não falar da anti-democrática e restritiva lei que pretende eliminar os pequenos partidos. Nada mais atual portanto que a nota da Direção Nacional do PCdoB ao afirmar: "É intolerável o sucateamento de nossa indústria, e a liquidação criminosa de estatais de importância estratégica, o escandaloso abandono da pesquisa científica. Não se pode aceitar o desemprego em massa, o violento arrocho salarial e a fome do povo a pretexto de controlar a inflação - que aliás permanece em níveis insuportáveis. Urge barrar o processo de degradação e miséria provocado pela subserviência do governo Collor ao capital internacional".

A idéia, também defendida na nota do PCdoB de que a solução passa necessariamente pela mobilização de massas, vai ganhando força. O "Fora Collor" foi unanimidade nas manifestações de rua ocorridas na ECO-92, assim como o foi no Congresso da UNE. A exigência do impeachment do presidente passa a ganhar as ruas. Já é defendida pela CUT, por sindicatos, e outras organizações de massa. Esse deve ser o destino de um presidente que ludibriou os eleitores, envolveu-se em numerosos escândalos e provou ser incompetente para dirigir o país.

Exploração do capital ou "explosão" da prole

Dynéas Aguiar
MEMBRO DO CC DO PCdoB

"São os pobres que degradam o meio ambiente. Sem controlar a proliferação dos pobres não há como aplicarmos a política de desenvolvimento sustentável". Esse diagnóstico elaborado pelos governos dos países imperialistas mostra a sua postura na preparação e no desenrolar da Eco-92.

O Instituto para a população dos Estados Unidos em publicação longamente distribuída no Rio Centro e no Fórum Global afirma: "Na atualidade 1 bilhão e 156 milhões de pessoas, 212 milhões mais do que em 1970, vive em condições de pobreza absoluta. O número de meninos e meninas sem escolas cresceu em mais de 60 milhões neste período. Os analfabetos foram acrescidos em 65 milhões e os desnutridos em 50 milhões de pessoas a mais".

Desses dados quais as conclusões que eles tiram?

Se os pobres são os responsáveis, eles devem ser eliminados. Mas, onde estão os pobres? - afirma a publicação norte-americana: "Em 2050 a África passará dos atuais 12% para 27% da população mundial, a Ásia continuará a ter mais da metade da população humana, e a América Latina crescerá ligeiramente, de 9% para 10%. O mundo desenvolvido diminuirá sua proporção de 23% em 1990 para 13% em 2050".

Em contraposição a essas teses maltusianas e genocidas das grandes potências, as ONGs reunidas no Fórum Global afirmam no Tratado em Defesa e Proteção das Crianças e dos Adolescentes: "Ao discutirmos a problemática do meio ambiente partimos do pressuposto de que a questão central é a preservação da vida de todas as espécies. O modelo de desenvolvimento internacionalmente adotado determina uma desigualdade social e uma degradação ambiental, que repercute diretamente sobre a infância e adolescência", e no Tratado sobre População, Meio Ambiente e Desenvolvimento: "Rejeitamos e denunciemos toda e qualquer forma de controle do corpo da mulher por governos e instituições internacionais. Rejeitamos e denunciemos a esterilização forçada".

São dois enfoques antagônicos. Apesar dos grandes esforços empregados, os governos das grandes potências não puderam esconder que a verdadeira causa da degradação do ambiente e da ameaça a vida humana está no capitalismo, que em busca do lucro e do poder, vem destruindo há séculos o meio ambiente.

A concentração sem precedentes da renda ao nível mundial reduziu o mercado de consumo a menos de 1 bilhão de pessoas. Pela lógica capitalista os demais 4,5 bilhões de pessoas são supérfluas, e portanto descartáveis. A solução está em acabar com a exploração capitalista. Preservar a humanidade só com o socialismo.

A causa da pobreza que sufoca a terra não é demográfica

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Anísio Hübner

NACIONAL

BANCADA
COMUNISTA

Sete mil nas ruas

Sete mil manifestantes saíram às ruas de Belo Horizonte no último dia 17, convocados pelo PCdoB, PT, PSB além das centrais sindicais para um protesto cujo centro foi o "Fora Collor". Sérgio Miranda, vereador do PCdoB em Belo Horizonte foi aplaudido quando afirmou: "Nós temos dois caminhos diante de nós. O do Peru, onde se deu um golpe contra o povo e a democracia e o da Venezuela onde vemos um formidável exemplo de rebeldia e desobediência popular. Para nós do PCdoB é esse último o caminho que o povo brasileiro deve trilhar."

Reforma agrária

A deputada federal do PCdoB do Pará, Socorro Gomes, enviou carta às entidades democráticas da sociedade civil, alertando para a necessidade de pressão junto ao Congresso Nacional no sentido de agilizar o processo de regulamentação dos dispositivos da Constituição federal que tratam da questão agrária. O governo tem usado a não regulamentação desses dispositivos como argumento para justificar a inércia nos processos de desapropriação. Juntamente com outros projetos de lei que tratam da regulamentação da questão agrária, tramita na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei Complementar nº 0030/91, da deputada Socorro Gomes, que dispõe sobre processo de rito sumário de desapropriação.

Desempregados

O vereador do PCdoB em São Paulo, Vital Nolasco, apresentou à Câmara Municipal 04 projetos de lei, visando viabilizar o atendimento das reivindicações dos desempregados, que já chegam a 1.226.000 em São Paulo:

1 - que autoriza o Executivo a criar frentes de trabalho de natureza operacional, voltadas especificamente para absorver o contingente de desempregados; 2 - que obriga o Executivo a regulamentar a lei 10.990, de 13/6/91, do passe-transporte para o desempregado; 3 - que isenta do pagamento de impostos e taxas municipais os desempregados residentes e domiciliares em São Paulo; 4 - que autoriza o Executivo a instituir programa de distribuição de cestas básicas aos desempregados, em convênio com o Estado e a União.

Lei das patentes

O líder do PCdoB na Câmara Federal, Aldo Rebelo, fez lançamento dia 15 de junho no sindicato dos farmacêuticos do Estado de São Paulo de uma coletânea de textos "Lei das Patentes e soberania nacional", que contém partes do material do seminário sobre o tema, que ele coordenou.

Esterilização

A deputada estadual comunista Denise Carvalho presidiu a CPI da Assembléia Legislativa do estado de Goiás que investigou a esterilização em massa de mulheres goianas. O relatório final já foi divulgado, apontando os fatores que levaram Goiás a apresentar alto índice de mulheres esterilizadas. A CPI trabalhou durante oito meses e apresentou uma análise tratando de assuntos polêmicos relacionados com o tema. Questões como ética médica, o número elevado de cesarianas feitas no estado e sua relação com as laqueaduras, controle da natalidade e planejamento familiar foram abordados sob uma ótica diferente, de respeito à saúde da mulher e seus direitos reprodutivos.



Portuários de Santos em passeata contra a privatização, no início da greve que parou os portos.

Greve nos portos: advertência valeu

Dilermando Toni

Privatização dos portos é igual a desemprego em massa e fim do poder de barganha dos sindicatos. Foi com essa compreensão que os 100.000 trabalhadores portuários de todo o país decretaram, a partir do dia dez de junho, uma poderosa greve nacional. O movimento dos portuários paralisou todos os portos brasileiros e foi interrompido após 8 dias de duração.

O governo Collor, diante daquela que pode ser considerada a maior mobilização de massas contra o seu projeto neoliberal, ficou em polvorosa. Seus representantes no Congresso Nacional e os setores exportadores da grande burguesia puderam sentir a força dos trabalhadores e foram obrigados a abrir negociações com os representantes dos portuários. O Brasil, nos dias que durou a greve, deixou de exportar algo equivalente a US\$ 672 milhões. Nada menos que 97% das cargas do comércio exterior brasileiro passa pelos portos.

Comissão especial

Na Câmara dos Deputados foi formada uma Comissão Especial para tratar da questão dos portos. O relator, José Reinaldo Tavares (PFL-MA), apresentou um substitutivo que, em relação à situação atual, é bastante prejudicial aos trabalhadores tendo sido, por isso mesmo, bastante criticado pelas lideranças sindicais portuárias.

Por outro lado, o substitutivo de Tavares entra em contradição com o projeto inicial do governo porque prevê a criação de Órgão Gestor de Mão-de-obra com representantes dos trabalhadores, dos armadores e da administração dos portos. Isso levou a que o governo Collor, através do líder do PFL, Luís Eduardo Magalhães, substituiu Tavares por Carlos Aleluia (PFL-BA) como novo relator da matéria. O objetivo do governo é passar o seu projeto inicial.

O próprio Tavares afirmou que saía por "discordar da posição do partido sobre as relações trabalhistas nos portos, que é francamente pró-governo e pró-empresários". O

governo quer "liberdade total" para a contratação de mão-de-obra e vai tentar apresentar um novo substitutivo com esse teor no decorrer desta semana.

Pelas ruas e portos

No último dia 16, os portuários de Santos e suas famílias, além de populares saíram às ruas da cidade em passeata com palavras de ordem contra a privatização. O ato de encerramento na praça da Bandeira contou com a presença de 12 mil pessoas. Essa foi uma das muitas manifestações que os portuários santistas fizeram durante a greve. Além disso, foram realizados debates com a presença de parlamentares e sindicalistas de outras categorias em solidariedade.

A prefeita de Santos, Telma de Souza, em debate promovido no último dia 13 na sede do Sindicato dos Estivadores daquela cidade fez questão de lembrar que a luta dos portuários foi capaz de derrotar o governo quando em fevereiro deste ano foram demitidos e depois readmitidos 5000 portuários.

No Espírito Santo foi criado o Movimento em Defesa dos Portos - MDP, com ampla participação e o objetivo de barrar o processo de privatização naquele estado. Além dos portos de Tubarão pretende-se privatizar também a Companhia Si-

derúrgica de Tubarão e a Espírito Santo Centrais Elétricas. Tudo isso vai atingir profundamente a economia capixaba. Segundo a opinião de José Miguel Barbosa dos Santos, do Sindicato dos Conferentes do Porto de Vitória, a "entrega dos portos brasileiros ao capital internacional é uma exigência do FMI; é a receita do FMI para toda a América Latina. A chamada 'modernização' começou no Chile e agora está sendo também imposta ao Uruguai e à Argentina."

A greve geral dos portos brasileiros mostrou que é possível a resistência dos trabalhadores mesmo numa situação de recessão e desemprego. Foi o que também revelou a recente greve dos condutores da capital paulista. Mais que isso, os portos poderão parar novamente caso o Congresso Nacional se recuse a aceitar as exigências dos portuários. De certa forma pode-se afirmar que essas grandes mobilizações operárias significam uma ruptura com o defensismo que estava prevalecendo no movimento sindical causando certo impacto político. Além disso é muito positivo que os trabalhadores tenham estabelecido relações diretas com o Executivo e o Legislativo na defesa de seus interesses. São fatos importantes que se somam à resistência popular aos planos neoliberais do governo Collor.

No Congresso Nacional

Depois de várias rodadas de negociação envolvendo líderes portuários, empresários e governo, não se chegou a nenhum acordo sobre o projeto de privatização dos portos. Na manhã de terça-feira passada, a Comissão Especial (que examina a matéria) aprovou em bloco 21 destaques da deputada Sandra Cavalcanti ao substitutivo do relator José Reinaldo Tavares, que já havia sido aprovado.

Três questões ainda são polêmicas: a definição do que é "área de porto", a existência de terminais privados com a possibilidade de contratação de mão-de-obra própria e relações trabalhistas nos portos, alterando as regras atualmente em vigor.

O substitutivo dá uma definição restrita para a chamada "área de

porto", o que, no entendimento dos trabalhadores, pode dificultar o controle sobre a utilização de mão-de-obra própria pelos empresários. No entendimento das lideranças sindicais é necessário ampliar essa definição. Além disso, a questão da utilização da mão-de-obra continua polêmica.

O substitutivo permite a utilização de mão-de-obra exclusiva dos empresários nos terminais privados e cria um conselho gestor de mão-de-obra para as demais áreas portuárias. Os trabalhadores não aceitam esses critérios, pois temem que eles levem à desorganização das categorias portuárias e de seus salários e condições de trabalho salarial e desemprego.

NACIONAL

Governo perde controle da CPI-PC

Moacyr de Oliveira Filho

O governo perdeu totalmente o controle que aparentemente tinha sobre a CPI que investiga as denúncias de Pedro Collor de Mello contra a ação do empresário Paulo César Farias, o PC. Essa é a principal conclusão a que se chega depois da primeira rodada da CPI, com os depoimentos de Pedro Collor de Mello, do empresário Paulo César Farias, do ex-secretário particular do presidente, Cláudio Vieira e do empresário Takeshi Imai.

Se o governo respirou aliviado com o recuo de Pedro Collor de Mello em seu depoimento que, embora tenha reafirmado as denúncias contra PC, amenizou o envolvimento de seu irmão presidente, entrou em pânico com as declarações de PC e Cláudio Vieira. O misterioso tesoureiro da campanha de Collor, após mais de seis horas de depoimento, saiu da CPI ainda mais enrolado do que entrou: não conseguiu explicar a origem de sua espantosa variação patrimonial, confessou a intermediação junto ao governo para atender ao pedido do empresário Wagner Canhedo de empréstimo da Petrobrás para a Vasp e admitiu que as despesas da campanha de Collor foram maiores do que a prestação de contas apresentada ao TSE. O depoimento de PC foi considerado "desastroso" pelo Palácio do Planalto.

Segundo a avaliação dos principais líderes da oposição que integram a CPI, o empresário Paulo César Farias é, a partir de seu depoimento, réu confesso em vários crimes - tráfico de influência, advocacia administrativa e crime eleitoral. Diante disso, foi solicitado à CPI, o seqüestro preventivo de todos os seus bens, o rastreamento de suas ligações telefônicas, a apreensão de seu passaporte e uma devassa nas suas contas bancárias e de suas empresas, medidas que ainda não foram votadas.

A essa altura do campeonato, a situação de PC parece definida. Ele será punido pela CPI. A dúvida está na dimensão dessa punição: se limitada à sonegação do imposto de renda ou se mais ampla. Até mesmo parlamentares dos partidos que apoiam o governo admitem abertamente que PC não escapa.

Sendo assim, os próximos passos da CPI devem seguir no caminho de comprovar as ligações entre PC Farias e Collor e, com isso, provar o envolvimento do presidente nas falcatruas praticadas por PC, levando ao pedido de impeach-

ment do Presidente. E aí a coisa pega.

Até agora, a maioria dos parlamentares da oposição não tem demonstrado interesse em seguir essa linha de investigação. Do lado governista, esse caminho também é tido como tabu. Os partidos que apoiam o governo concordam em punir PC, como forma de dar uma satisfação à opinião pública, salvando o presidente Collor. Os opositores, principalmente os do PMDB, muito cautelosos, também parecem querer evitar que a lama chegue ao Presidente. De um lado, com o frágil argumento de garantir a go-

gir. Um dos seus irmãos, o deputado federal por Alagoas, Augusto Farias, já disse pelos corredores do Congresso Nacional que a família não vai aceitar passivamente ver seu membro mais ilustre ser sacrificado. Augusto disse com todas as letras que os Farias sabem de muitas coisas que, caso divulgadas, farão tremer a República.

De qualquer forma, o alto teor explosivo da CPI dificulta qualquer previsão sobre os seus desdobramentos. As cinco horas de depoimento do empresário Takeshi Imai, da Indústria Hatsuta (concorratária), trouxe mais surpresas.



PC Farias após depor na CPI em Brasília

vernabilidade e evitar uma ruptura institucional que possa prejudicar os seus projetos políticos pessoais. Leia-se eleições de 1994. De outro, com receio de que uma investigação profunda, envolvendo o Presidente, venha a por a nu os esquemas de financiamento das campanhas eleitorais e acabe prejudicando os seus próprios esquemas. Ou então, que o aprofundamento das investigações acabe envolvendo, por exemplo, a VASP, antes de ser privatizada. Esse mesmo receio, têm os aliados do governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães, que temem o envolvimento da construtora OAS nos escândalos, o que prejudicaria os planos políticos de ACM.

Uma dúvida importante, que ronda a CPI, é saber até que ponto PC Farias está disposto a ir sozinho para o cadafalso.

Nos últimos dias, a grande imprensa tem publicado inúmeras notas e matérias, aparentemente plantadas por PC, dando sinais de que o empresário não está muito satisfeito com essa situação. Reclamando estar só e abandonado pelos seus antigos amigos e aliados, PC Farias e sua família ameaçam rea-

Imai denunciou esquema montado por PC no Ministério da Saúde para extorquir. Segundo o empresário, o esquema, coordenado por Luiz Romero Farias, irmão de PC, sobreviveu à última reforma ministerial e continua a bloquear a compra de mercadorias produzidas por empresários que não aceitam colaborar com o grupo. Takeshi disse ainda, que pessoas de confiança de PC no Ministério da Saúde teriam intermediado uma importação superfaturada e três grandes compras sem licitação.

Nas próximas semanas, os depoimentos do ex-presidente da PETROBRÁS, Luiz Otávio da Motta Veiga e do ex-líder do governo na Câmara dos Deputados, Renan Calheiros - que podem comprometer seriamente o governo Collor, e a acareação tripla entre Pedro Collor, PC e Cláudio Vieira, devem jogar muito mais lenha na fogueira, aumentando as probabilidades do fogo chegar ao Palácio do Planalto.

Como admitiu recentemente um senador opositor que integra a CPI: "Não há dúvida nenhuma de que alguma coisa vai sobrar para Collor".

Ligações secretas e perigosas

Provar as íntimas ligações entre o Presidente Collor de Mello e o empresário PC Farias é o principal desafio dos integrantes da CPI, instalada para investigar as denúncias contra PC.

Paulo César Farias, que se auto-intitula "coordenador financeiro" da campanha de Collor à Presidência da República, é amigo da família Collor desde o final da década de 70, quando Fernando Collor era prefeito de Maceió. Participou ativamente, já na condição de tesoureiro, da campanha de Collor ao governo de Alagoas, em 1990.

Como responsável pelo caixa da campanha presidencial, PC Farias, depois de Collor eleito presidente, tornou-se uma verdadeira eminência parda do novo governo. Além de indicar nomes de sua confiança para compor o novo governo - pelo menos o seu irmão Luiz Romero Farias, secretário-executivo do Ministério da Saúde; Lafayette Coutinho, presidente da Caixa Econômica Federal e hoje do Banco do Brasil e Luiz Quatroni Filho, presidente do Instituto de Resseguros do Brasil foram indicações suas - PC Farias até o final de outubro de 1990 tinha despachos semanais, nos cafés da manhã de 2^{as} feiras, com o presidente.

A maioria desses encontros eram secretos. Para tanto, PC Farias comprou uma mansão, distante apenas 700 metros da Casa da Dinda.

Embora PC Farias tenha dito na CPI que Collor nunca esteve na sua casa do Lago Norte, isso não é verdade. Antes de estourar o escândalo VASP, PETROBRÁS, PC vangloriava-se da intimidade com o presidente. O ex-presidente da Petrobrás, Luiz Otávio da Motta Veiga, em recente entrevista disse que PC procurava mostrar intimidade com o presidente, usando sua casa como exemplo.

Um desses encontros misteriosos provavelmente ocorreu no domingo, 14 de janeiro de 1990, e logo após o retorno de Collor, como presidente eleito, de sua primeira viagem ao exterior. Na manhã desse domingo, Collor, vestindo terno e gravata e carregando uma pasta de executivo, deixou a Casa da Dinda de carro e entrou numa casa vizinha para apanhar uma lancha que o levaria a algum outro ponto às margens do Lago Paranoá. Tudo indica que o destino de Collor era a mansão de PC Farias, onde teria uma reunião para definir os nomes de seus ministros militares.

Os jornais do dia 15 de janeiro de 1990 registram o fato. A Folha de São Paulo informa que Collor iria testar a operação de deslocamento pelo Lago Paranoá de lancha, da Casa da Dinda ao Bolo de Noiva, no Itamaraty. Mas não explica porque o presidente eleito desistiu do teste e voltou para casa. Já o Jornal do Brasil diz que o presidente eleito iria de barco até o Itamaraty e desistiu ao perceber que seria acompanhado por uma equipe da TV Globo. Na verdade, a história desse episódio é outra. Segundo um político que privava da intimidade do poder, Collor saiu de barco porque iria para uma reunião secreta com os futuros ministros militares e não queria ser visto. Flagrado pela equipe de TV, mudou de idéia. Esse mesmo informante conta que o presidente eleito comentou, dias depois, ter feito uma encenação para despistar a imprensa. Ao que tudo indica, o destino de Collor era mesmo a mansão de PC Farias, onde, segundo o mesmo informante, foi efetivamente realizada a reunião com os ministros militares, que tiveram seus nomes anunciados oficialmente no dia 17 de janeiro, três dias depois desse inusitado passeio pelo Lago Paranoá. (M.O.F.).

Depoimentos aproximam as negociações de PC do Palácio do Planalto

CDM
Fundação Maurício Grabois

ECO-92

“Boas intenções” não assustam imperialismo

Jefferson Barros

■ O pistoleiro solitário, George Bush, assaltou a ECO-92 e desafiou as “boas intenções” e ingenuidades de quem quis defender a terra e o homem sem condenar o capitalismo.

Como o eclipse lunar que enfeitou os céus cariocas na noite do domingo de encerramento, a Eco-92 teve resultados apenas parciais. Cento e dezoito chefes de Estado, quase 1 mil delegados oficiais de 173 países e mais de 10 mil integrantes de Organizações Não Governamentais do mundo inteiro participaram de 2 a 14 de junho da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento e o Meio Ambiente (Eco-92) produzindo um calhamaço de 800 páginas (os documentos, tratados e convênios da Agenda XXI - referência ao século que começa daqui a 8 anos). O buraco negro da Conferência foi o imperialismo norte-americano e seu xerife George Bush, que anunciou dias antes da abertura que não assinaria o convênio sobre Biodiversidade (ver “Classe Operária” nº 80). E, mesmo solitário, não assinou. França e Japão, seus únicos aliados nesta decisão, pelo menos “antipática”, decidiram nos dias 5 e 6 de junho assinar o convênio.

A ultra-conservadora escritora e bióloga norte-americana, Dixy Lee Ray, com cinismo e sem querer, deu uma boa definição da Eco-92: “Esta convenção não passa de um plano social de controle ambiental”. De fato. Ouvindo-se os representantes da grande maioria das ONGs e inclusive a retórica de muitos representantes governamentais dos países pobres (os do Grupo 77), percebia-se a ingênua e utópica intenção de propor uma espécie de Estado de bem estar social mundial. Isto é, definir um desenvolvimento econômico de boas intenções sem contestar o modo de produção capitalista. Propor, um capitalismo sob medida.

Sem dúvida, o que esteve na berlinda nas mais de 250 horas de debates da Eco-92 foi a “nova ordem neoliberal” imposta, a míssil, ferro e fogo pelo imperialismo dos Estados Unidos. Se o capitalismo não foi contestado (a não ser nas manifestações de rua) com vigor, pelo menos seu formato atual foi definido como “inviável” até pelo insuspeitíssimo secretário-geral da Conferência, Maurice Strong.

O muro do capital

A retórica toda chocou-se com o sólido muro dos interesses do capital, expresso com realismo cruel pelo discurso de Bush (ver quadro na página ao lado) e que em síntese afirmou que “todos os problemas mundiais são resolvidos pelo livre mercado”. Na prática, no entanto, a teoria é outra. Pois foi exatamente uma decisão protecionista - os direitos intelectuais sobre a produção científica e tecnológica, expresso em direitos de patentes - do imperialismo norte-americano a razão, explícita, para a não assinatura por parte dos Estados Unidos do convênio sobre a Biodiver-

sidade, o principal documento da ECO.

Este documento visa proteger a extinção das espécies vivas da terra; prevê compensações financeiras para os países que têm muitas espécies suscetíveis de utilização industrial; e exige autorização destes países para a pesquisa dos recursos vivos, além disso recusa o direito de patentes sobre os produtos industriais conseguidos com estes insumos vivos. Nenhum destes itens foi aceito pelo imperialismo norte-americano. A recusa de Bush tem a lógica do capital, pois a negativa ao reconhecimento de patentes fere mortalmente o lucro das grandes multinacionais de setores produtivos altamente dinâmicos do capitalismo internacional - biogenética, química fina e farmacêutico. Apenas este último setor fatura, nos Estados Unidos, cerca de 200 bilhões de dólares anuais.

Entre os interesses do lucro multinacional e a simpatia mundial, Bush ficou com os primeiros. Apesar da retórica dos 11 dias de debates e do isolamento na questão da Biodiversidade, o imperialismo norte-americano, até por ter usado uma espécie de Colt de pistoleiro e exigir da Eco-92 um “hands up” (mãos para o alto) ainda antes de sua abertura anunciando a recusa ao convênio, conseguiu safar-se em outras questões cruciais.

A grande vitória do pistoleiro George

Bush foi na Convenção sobre o Clima. Responsável por mais de 25% dos gases poluentes (gás carbônico e CFC, cloro-fluor-carbono) lançados na atmosfera e responsáveis pelo “efeito estufa”, que ocasiona o aquecimento progressivo da terra (cerca de 2°C a mais ao ano nas regiões tropicais) pela destruição da camada de ozônio, os Estados Unidos conseguiram esfriar o documento. A questão dos prazos e metas ficou tão vaga quando os próprios fluidos gasosos evaporou-se a meta de estabelecer um controle sobre estes agentes poluentes ainda antes do fim do século. Sem dúvida para uma sociedade capitalista como a norte-americana montada sobre o automóvel e o alto consumo de energia originária do petróleo, principais responsáveis pela liberação de CO₂ (gás carbônico) na atmosfera é inaceitável qualquer acordo que signifique a sobrevivência da terra e do homem.

No entanto, nem só o líder da revolução socialista cubana denunciou o atual e insustentável modelo de desenvolvimento capitalista. Mesmo representantes de países ricos da Europa, como a primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundland (social-democrata) afirmou que “todo o planeta exige uma revolução”. Acrescentou: “é errado acreditar, como os Estados Unidos, que tecnologias amigáveis com o meio

ambiente sejam contrárias à competitividade”. Foi, no entanto, o primeiro-ministro da República Popular China, Li Peng (comunista) quem expressou com mais clareza a responsabilidade sobre a poluição e a destruição ambiental: “historicamente, os problemas ambientais têm obedecido fundamentalmente ao excesso de consumo dos recursos naturais e à descarga massiva de contaminantes por parte dos países desenvolvidos no curso de suas industrializações”.

Li Peng, líder de uma nação que ostenta 25% da população do planeta (quase 2 bilhões de habitantes) colocou com segurança a responsabilidade sobre a poluição ambiental: é o consumo, o luxo e o lixo dos ricos quem produz destruição do planeta e não a existência exagerada de humanos.

“Tempestade no deserto”

Apesar do imenso esforço retórico e propagandístico do imperialismo, a Eco-92 acabou não “culpando” os pobres pela poluição e fazendo apenas referências tópicas sobre a necessidade do controle da natalidade. Também aqui, felizmente, as decisões foram etéreas. No entanto, como sempre quando se trata de negociar com o capital, o imperialismo conseguiu uma régua compensação pela flexibilidade na questão demográfica. Conseguiu que outra questão decisiva, a do Fundo Global do Ambiente (Global Environment Fund/GEF) também sofresse a mesma volatilização. O acordo, que prevê 600 bilhões de dólares até o ano 2.000 para proteção ambiental reduziu-se ao vago compromisso de que “tentarão fazer isso até lá ou assim que possível depois disso”. Daquele total, apenas 125 bilhões seriam conseguidos dos 7 ricos (G-7), o que significaria 0,7% de seus PIBs. Uma importância irrisória para estes países que gastaram 100 bilhões de dólares em apenas 45 dias de agressão imperialista contra o Iraque, na chamada “tempestade no deserto”.

Sem possibilidade de acerto sobre o controle da produção e consumo capitalista, a Eco-92 teve duas virtudes: mostrou pela rudeza de Bush a verdadeira face do neoliberalismo imperialista; e que, mesmo sem aproximar-se da científica alternativa do socialismo, a grande maioria do mundo reage a esta rude realidade imperialista, tentando evitar que, nas próximas décadas, toda a terra continue a ser submetida a esta ciclópica “tempestade no deserto” e fabricante de deserto que é a ordem neoliberal imperialista.

Quem expressou com mais exatidão este sonho mundial foi o teólogo brasileiro Leonardo Boff que nos disse, em entrevista: “desenvolvimento sustentável é um conceito da ordem capitalista. Dizer desenvolvimento sustentável significa manter a atual ordem. Eu proponho para superar a crise ecológica mundial, a superação à referência desenvolvimento (capitalista). Creio que a referência fundamental é a sociedade sustentável”. A “sociedade sustentável” exige outro modo de produção - em tudo oposto ao modo de produção capitalista.



A defesa do meio ambiente exige outro modo de produção, oposto ao capitalismo



Nilton Claudino

O povo nas ruas aponta os violões da ECO-92: Bush, Collor e FMI

Collor e Bush no olho das ruas

"Fora Bush" e "Fora Collor". Longe dos outros dois cenários da Eco-92 (o Riocentro, onde se realizou a conferência oficial da ONU; e do Parque do Flamengo, onde se reuniram cerca de mil Organizações Não Governamentais/ONGs internacionais para fiscalizar e participar dos debates) as ruas do Rio de Janeiro, surpreendentemente limpas e ostensivamente policiadas, sediaram inúmeras manifestações de protesto ou contra a vacuidade da retórica oficial da Eco ou contra a arrogância dos países ricos e, sobretudo, contra a pobreza produzida pelo capitalismo.

A maior manifestação, reunindo cerca de 50 mil pessoas, aconteceu na quarta-feira (10 de junho) partindo da Candelária, principal igreja do Rio na avenida Presidente Vargas, e indo até o Parque do Flamengo. Nos quase 2 quilômetros de caminhada, os manifestantes passaram pelo consulado ame-

ricano ostentando seus cartazes e palavras de ordem contra o FMI, contra Bush e pelo "Fora Collor".

Convocada pela Famerj (Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio), a manifestação teve a presença de Lula e de Jair Meneguelli, presidente da CUT. Sonia Pinheiro, presidente da Famerj, explicou o sentido da manifestação: "lutamos em defesa do meio ambiente completo que garanta assistência social, alimentação, habitação, educação e trabalho para todos".

A poluição da dívida

No Fórum Global (organizado pelas ONGs no Parque do Flamengo), o Planeta Fêmea, reunindo organizações de mulheres de vários países, reafirmou o direito da mulher sobre o seu próprio corpo e fertilidade e manifestou-se contrário ao controle massivo e compulsivo da natalidade.

Mais de 200 organizações de jovens do mundo inteiro também participaram do Fórum Global definindo as suas prioridades nas questões ecológicas e de desenvolvimento. A norte-americana Mara Weiss, uma das coordenadoras das reuniões de jovens, afirmou em entrevista, que uma destas prioridades é a luta "contra o militarismo, reivindicando que estes gastos sejam revertidos para investimentos sociais e ambientais".

O Tribunal da Dívida Externa, também integrante do Fórum Global, reuniu-se na terça-feira (9 de junho) para concluir que a monstruosa dívida acumulada pelos países pobres, graças aos excessivos juros dos bancos internacionais, é um forte fator de poluição, ao impedir que estes recursos, canalizados para os credores, sejam disponíveis para investimentos sociais - saúde, saneamento e educação - nos países pobres.

INTERNACIONAL

Imperialismo restaura oficialmente a barbárie

A Suprema Corte dos Estados Unidos aboliu a lei internacional e as soberanias nacionais de todos os países do mundo. Aprovou, segunda-feira (15 de junho), parecer de seu ultra-reacionário presidente, William Rehnquist, que permite à polícia norte-americana seqüestrar (escandalosamente o termo usado pelo tribunal imperialista é este) em qualquer parte do mundo, qualquer pessoa suspeita de "crime hediondo". O mais hediondo dos crimes passíveis de se registrar em qualquer Código Penal é o estupro e pelo menos um dos juizes da Suprema Corte ianque é suspeito e mais que isso, acusado pela vítima, de sua prática. Talvez por isso, a hediondez a que se refere o tribunal não o contemple, mas sim o tráfico de drogas e o "terrorismo".

Não importa o caráter do crime, no entanto. Hedionda é a decisão da Corte imperialista ao estuprar as soberanias nacionais, que se expressam na inviolabilidade das fronteiras e na garantia de direitos e salvaguardas aos cidadãos dentro dos territórios dos Estados nacionais. A soberania das nações é uma conquista histórica da civilização. Tão histórica que até um poder imperial, como Roma antiga, a reconhecia como direito mesmo para os povos conquistados a ferro e fogo pelos seus exércitos, estabelecendo para isso o *Jus gentium* (direito dos povos) como salvaguarda de suas soberanias mesmo limitadas pelo poder militar romano.

Vinte séculos depois, a principal potência capitalista do mundo, restaura judicialmente a barbárie. Que o capitalismo é um sistema bárbaro de exploração do homem, não é novidade, sobretudo para um marxista ou qualquer ser humano que tenha lido o capítulo XXIV ("Acumulação Primitiva") do "Capital". Mas até para aqueles conscientes da barbárie capitalista, a cínica restauração da barbárie

por via jurídica, é chocante. Tão inaceitável que mesmo os ministros da Justiça e das Relações Exteriores do governo Collor, o mais servil aos interesses estrangeiros de todos os governos em nossos mais de 400 anos de história, protestaram contra a decisão. Célio Borja disse, em entrevista, que se esta decisão for aplicada em território nacional será considerada um "ato de guerra".

Mas Célio Borja diz apenas a meia verdade. Pois não é necessário esperar uma aplicação prática desta medida, a simples decisão da Corte imperialista já é um "ato de guerra" contra todos os povos do mundo, em particular contra os da América Latina mais ameaçados imediatamente pela sua prática. O México, mesmo antes da decisão imperial, já teve inúmeras vezes violada a soberania de suas fronteiras pela ação da política norte-americana; o Panamá, mesmo antes da decisão, praticamente deixou de existir vítima da violência do Exército norte-americano. Cuba (em 1903), Guatemala (1954) e mais recentemente Bolívia e Colômbia foram alvo do mesmo estupro militar.

O que a Suprema Corte ianque decidiu foi apenas "legalizar" os atos de intervenção do imperialismo contra a soberania nacional, a liberdade dos povos e a paz mundial; e corrigir Bush que disse à imprensa brasileira durante a Eco-92 "não ser o presidente do mundo, apenas dos Estados Unidos". Agora outro ramo do poder imperialista americano, o Congresso, também é o Estado mundial" e ameaça com novas "tempestades no deserto" a qualquer Estado dissidente. (J.B.)

As arrogâncias de Bush e as contenções de Fidel

Ostensivamente envelhecido e mal humorado, George Bush chegou ao plenário do RioCentro 15 minutos antes do início da reunião da tarde de sexta-feira (12 de junho). Assustou-se com a sala vazia e seus assessores armaram, às pressas, uma visita ao gabinete de Collor. Lá, os dois presidentes mais visados pelas manifestações de ruas durante a Eco-92 ("Fora Bush" e "Fora Collor") conversaram abobrinhas e logo, aliviado, o presidente do imperialismo soube que já havia ouvintes no plenário, outros 117 chefes de Estado e de governo.

Não falou, no entanto, para esta platéia; nem para o mundo. Falou para seus eleitores. Daí a arrogância: "não vim desculpar-me". Para logo tentar justificar sua solidão: "não é fácil ficar sozinho, mas às vezes a liderança exige". Não mais foi desculpar-se

pelos Estados Unidos serem tão poluidores, embora nunca o admitisse; e propôr que todos os problemas se resolvam pelo "livre mercado". Mereceu aplausos frios, como dados com uma mão só.

Se Bush falou para seus eleitores desdenhando do resto do mundo, horas antes, Fidel Castro falou para o mundo tendo certeza de ser ouvido e compreendido em Cuba e na América Latina. Cobrou dos ricos o "pagamento da

dívida ecológica" e exigiu o não pagamento da dívida externa dos pobres. Famoso por sua loquacidade, responsável por discursos de várias horas, ouvidos com atenção pelos cubanos, Fidel subiu ao parlatório advertido por Collor, que presidia a reunião: "Só 7 minutos" - disse Collor.

- Lo hajo in cinco - contestou Fidel. E para surpresa do mundo, falou apenas cinco minutos. O suficiente para denunciar "a conduta consumista dos países capitalistas" que apontou como principais responsáveis pela destruição ambiental. E para alertar que, por culpa do capitalismo, "uma importante espécie está desaparecendo: o homem". Não usou, em nenhum segundo de seus minutos, a expressão "imperialismo". Mesmo assim foi aplaudido calorosamente.



Fidel Castro



George Bush

MOVIMENTOS

Sindicato liberta
presos políticos

Umberto Martins

Depois de permanecerem mais de 20 dias encarcerados, os seis trabalhadores presos durante a greve de nove dias dos condutores em São Paulo (11 a 19 de maio), foram libertados dia 12 de junho, por determinação do Tribunal de Justiça do Estado, que concedeu um *habeas-corpus* requerido pelo sindicato da categoria.

As prisões assumiram um caráter inequivocamente político em função do tempo em que os trabalhadores, detidos enquanto trabalhavam a favor da greve em portas de garagens, ficaram no xadrez. Constituíram um episódio "que evidenciou o ódio e a intolerância das classes que dominam o país contra a categoria", conforme destaca o secretário-geral do Sindicato dos Condutores, Gregório Poço.

Revanchismo burguês

"Nossa greve", assegura, "mexeu com muitos interesses e despertou o revanchismo da burguesia". Com efeito, além das prisões, a categoria e em particular seus dirigentes (os diretores do Sindicato) têm sido alvo de um cerco raivoso das forças conservadoras. Contam-se inúmeras intimações, com a participação das Polícias Federal, Militar e Civil, caminhadas diárias das lideranças até as delegacias e um processo *sui generis* do governador Fleury.

O processo do governador do PMDB, a pretexto de defender "interesses difusos" da população acusa o Sindicato dos Condutores de violar os direitos dos trabalhadores ao "trabalho, à saúde, à educação", ao lado de provocar uma grave lesão ao "meio ambiente". Quando pensamos no escândalo do Baneser, a hipocrisia do senhor Fleury ao querer passar como defensor de "interesses difusos" do povo chega a ser escandalosa. Acaso existem, neste país, os direitos citados, ao trabalho, à educação, à saúde?

Como salienta Gregório Poço, "na verdade a represália contra a greve tem motivos mais poderosos. Os condutores pararam contra o arrocho salarial, reivindicando 89%, que é o índice necessário para zerar nossas perdas. Isto contraria, antes de tudo, o plano econômico neoliberal, que pressupõe o arrocho brutal dos salários."

"Para a burguesia é preciso deixar muito claro que os trabalhadores que ousarem lutar contra este plano de arrocho serão duramente reprimidos. Daí a ofensiva reacionária contra o Sindicato e todos os condutores", conclui.

Além disto, a paralisação ainda deixou outros rescaldos desagradáveis, também compreendidos dentro da retaliação contra a categoria: mais de 300 demitidos, principalmente os da CMTC. Este caso revela um outro personagem que durante todo o movimento colocou-se intransigentemente contra os trabalhadores, guiando-se por uma filosofia de arrocho salarial que mantém laços de parentesco com a política neoliberal de Collor: a administração municipal.

Infelizmente a Prefeitura, longe de ter uma conduta que mereça o nome de "popular e democrática", manteve uma intransigência radical durante todo o processo de negociação e enfrentou a paralisação com um espírito de fazer inveja aos patrões. O PT, partido de Erundina, também não foi capaz de tomar uma firme atitude em defesa dos trabalhadores e forçar a prefeita a uma posição mais condizente com os compromissos que assumiu em campanha. Esta postura serviu, e ainda está servindo, às forças conservadoras, que buscam tirar proveito político-eleitoral do episódio. Ainda há tempo, porém, da administração redimir-se dos indefensáveis ataques aos grevistas, readmitindo o pessoal dispensado por "justa causa".



Camponeses: decisão de lutar por reforma agrária e contra empresas que os expulsam da terra

A.M. Boidera

Fora Collor, grileiro do poder

Dilermando Toni

"A primeira vez que eu votei tinha 22 anos e só agora que já tenho 3 netos é que estou acordando e vendo que fui enganada durante todo esse tempo pelos políticos traidores. Collor também fez isso... foi eleito e virou as costas para o povo, prometeu acabar com a pobreza e está acabando com os pobres... por isso mesmo ele tem que sair já do governo brasileiro...". Com essas palavras, a trabalhadora rural Maria do Nascimento expressou o sentimento que dominou os participantes do 1º Congresso de Trabalhadores Rurais do Baixo Parnaíba que estiveram reunidos entre os dias 11 e 14 de junho em Urbano Santos, Maranhão.

Compareceram ao evento 450 pessoas das quais 390 delegados foram eleitos pelas comunidades (povoados) de 14 municípios da região do Baixo Parnaíba que discutiram a luta pela terra, a forma de intervenção no movimento sindical, a situação política, econômica e social da região e do país.

A cidade de Urbano Santos, que tem perto de 10.000 habitantes e fica situada a 260km da capital, viveu dias movimentados. Todos os participantes do encontro hospedaram-se em casas de moradores da cidade. A boa acolhida foi uma demonstração concreta da simpatia da população.

Fora com a Marflora

Nesses últimos anos, o Maranhão vem passando por modificações importantes na sua estrutura econômica. Grandes empresas vão se instalando no Estado, explorando os recursos naturais e transformando-os com o objetivo de exportá-los. Esse é o caso da Alumar que processa a bauxita vinda do Pará e exporta alumínio e alumina; é o caso também da Vale do Rio Doce que exporta todo o minério de ferro extraído em Carajás pelos portos de Itaqui e da Ponta da Madeira.

A empresa Marflora instalou-se na região do Baixo Parnaíba e está devastando uma área de 65.000 hec-

tares em 4 municípios para o fornecimento de carvão vegetal para as guseiras. Para fazer isso, a Marflora expulsa os camponeses que há muitos anos vivem naquelas terras produzindo alimentos. Situação idêntica se dá com a empresa Paineiras que planta eucalipto. Tudo isso tem agravado os problemas sociais de uma região que vive em completo abandono.

No seu congresso, os trabalhadores rurais decidiram intensificar a luta pela reforma agrária que lhes garanta a terra e outros benefícios. Isso se dá concretamente na ocupação de terras improdutivas - já que "ocupar não é crime" segundo os camponeses - e na luta contra a implantação das empresas que expulsam os camponeses.

Sindicatos fortes e
política de esquerda

O congresso discutiu longamente a importância de sindicatos combativos como instrumento básico para tocar a luta pela terra. A grande maioria dos sindicatos de trabalhadores rurais da região é dominada por pelegos que fazem de tudo para impedir que os camponeses se organizem e se mobilizem para se defender da grilagem.

As exceções são poucas e ficam

por conta dos sindicatos de Barreirinhas e de Humberto de Campos, além de algumas delegacias sindicais de municípios vizinhos a Urbano Santos presentes ao congresso. A decisão é de fugir da apatia, sindicalizar-se, quitar as mensalidades atrasadas e enfrentar os pelegos.

Não deixou de ser uma certa surpresa a riqueza das intervenções, com forte sentimento oposicionista, que aflorou no congresso. Isso porque a região é uma das mais pobres e isoladas do Maranhão e tem sido ao longo dos anos um suporte de grupos conservadores. A decisão dos delegados do congresso foi pela criação e fortalecimento de um movimento de esquerda na região. Estiveram presentes o representante do PT, Luiz Vilanova; do PCdoB, Eurico Fernandes; do PDT, Leo Costa que é prefeito de Barreirinhas; além do PSB.

Uma das decisões mais importantes do congresso foi a de trabalhar para que o movimento dos camponeses da região do Baixo Parnaíba se integre ao movimento nacional que visa a retirada imediata de Collor de Mello do Palácio do Planalto. Isso ao mesmo tempo em que se prepara o enfrentamento das classes dominantes locais no próximo pleito eleitoral a fim de derrotar os "filhotes de Collor".

Só o socialismo vai resolver...

Domingo pela manhã foi realizada uma passeata seguida de um comício pelas ruas de Urbano Santos. Compareceram ao ato cerca de 2.500 pessoas com faixas e cartazes que colocavam as reivindicações dos camponeses. Um dos oradores, José Raimundo Mendonça, o Cabecinha (Secretário Geral da Fetaema e membro da direção nacional do PCdoB) afirmou na ocasião: "Temos que lutar pela terra e para acumular forças nas eleições mas não podemos nos iludir de que só com isso nossos problemas vão ser resolvidos. Enquanto perdurar no Brasil o capitalismo nossa vida não melhorará de fato."

Só com uma nova sociedade, dirigida pelos trabalhadores, só com o socialismo, é que seremos donos dos nossos destinos e felizes".

Durante todo o congresso e nas manifestações de rua, os discursos e as intervenções foram entremeadas por dramatizações e apresentações de dança e música. Tudo isso ajudou a criar um clima de combatividade e de alegria entre os camponeses.

O 1º Congresso dos Trabalhadores Rurais do Baixo Parnaíba, por sua importância histórica e política, merece ser considerado um fato histórico na luta dos camponeses maranhenses.

MOVIMENTOS

CSC não quer CUT na CIOSL

■ A Coordenação Nacional da Corrente Sindical Classista decidiu rejeitar a filiação da CUT à CIOSL. Em documento aprovado em São Paulo dá as razões

1 A tarefa imediata (e urgente) é impulsionar as bases sindicais e instâncias da CUT a partir das três palavras de ordem aprovadas na última reunião da Executiva Nacional: "Basta de corrupção, CPI pra valer e Impeachment para Collor. A posição da CSC de defesa do "Fora Collor!", reafirmada na Plenária Nacional de Guarapari, deve ser destacada, especialmente a partir dos sindicatos.

É preciso tomar a iniciativa política. Collor e seu governo chegaram ao fundo do poço. Ficar "esperando" por vacilantes e conciliadores numa situação dessas é condenar-se à paralisia! Os companheiros da CSC estão chamados a propor atos e ações de massas, pequenos ou grandes; a jogar-se na agitação política, combinando a denúncia das desgraças que vêm sofrendo os trabalhadores e nosso povo sob o projeto neoliberal, e da necessidade desse chefe de quadrilha - Collor de Mello - ir para FORA do Palácio do Planalto.

2. A Coordenação Nacional da CSC dedicou-se em sua reunião ao exame da questão da Plenária Nacional da CUT, de julho próximo, particularmente ao problema da filiação da CUT à Ciosl e de sua política internacional.

Deliberou-se:

a) A situação internacional evolui de maneira visivelmente instável, refletindo sobremaneira a crise do sistema capitalista. Os episódios de Los Angeles, a onda de greves em maio passado na Europa (Alemanha, Espanha, França, Holanda, Itália), a criação da força militar Franco-Germânica (desaconselhada pela OTAN), a aprovação pelo parlamento japonês do envio de tropas ao exterior, o plebiscito na Dinamarca, um não à integração à CEE e recentemente, o isolamento e a desmoralização dos EUA nas discussões da ECO-92 configuram aspectos importantes do tumultuado quadro político internacional.

Ao mesmo tempo, fatos e notícias dão conta de um significativo processo de reorganização inicial das forças revolucionárias, em suas vertentes comunista, socialista e progressistas radicais, em inúmeras partes do mundo (ver por exemplo a "Declaração de Pyongyang", publicada no jornal *A Classe Operária*, nº 80, em junho de 92). Vai tomando corpo (ainda para além da "Declaração") a idéia central da resistência antiimperialista, progressista e socialista, mesmo numa situação desfavorável e de defensiva



CSC reafirma decisão pelo Fora Collor da plenária de Guarapari

do movimento operário revolucionário. Cuba, China, República Popular da Coreia e Vietnã, com suas conquistas, seus problemas e dificuldades, vêm reafirmando prosseguir o curso de suas revoluções e "a defesa do socialismo" como regimes políticos para seus países.

Nesse quadro, onde a ofensiva multilateral da burguesia, a onda fanática do neoliberalismo, e o ataque brutal aos direitos e conquistas dos trabalhadores hegemônicos marcadamente a luta (de classe) ideológica no plano mundial, a tarefa de unir, mobilizar amplas forças no Movimento Sindical Internacional para a luta adquire principalidade. A questão é que essa ampla união deve ter como base a aglutinação das forças da resistência anticapitalista. Do contrário, as tendências que orientam majoritariamente o MSI conduzirão o sindicalismo para a conciliação com as classes dominantes e o "status quo", e não no rumo da oposição decidida a elas.

Assim, a SOLIDARIEDADE, a PRIORIDADE NO RELACIONAMENTO POLÍTICO-SINDICAL, o ESTABELECIMENTO DE ALIANÇAS com as forças da resistência (progressistas, antiimperialistas e socialistas) constituem dever primeiro dos que são defensores do combativo sindicalismo classista.

b) No debate que travamos na CUT, concluímos:

1. Que a Federação Sindical Mundial (FSM) atravessa a crise mais profunda da sua história (ver documento da Plenária Nacional da CSC-Guarapari). Seu colapso aparente coincide com incapacidade política e sindical para responder aos problemas e desafios do sindicalismo internacional;

2. Que a Ciosl, Confederação das Organizações Sindicais Livres, como beneficiária ativa da crise do socialismo, alargou sua representação sindical. Tornou-se algo mais plural, passando hoje a evidenciar contradições secundárias em seu interior, expressas na disputa entre os "blocos" do sindicalismo europeu e o norte-americano.

Entretanto, tais alterações não mudaram os fundamentos da sua política, ratificadas em seu XV Congresso Mundial.

A Ciosl preconiza o "tripartismo" (ação conjunta entre trabalhadores, patrões e governos - conciliação de classe), propõe a atuação do MSI dentro do FMI, Banco Mundial e OIT como mecanismo fundamental para resolução dos problemas dos trabalhadores. Considera Cuba, China, Coreia do Norte e Vietnã como sendo "ditaduras comunistas", "regimes totalitários" que devem ser condenados; embora critique "os efeitos sociais do neoliberalismo", tenha como slogan "primeiro o povo, depois a dívida externa", e defenda uma "Nova Ordem Democrática Mundial".

c) Desse modo, a opinião da Coordenação Nacional da CSC, delegada pela Plenária Nacional, responde que a CUT deve implementar sua política de relações internacionais POR FORA DA CIOSL. Que a manutenção de uma posição de INDEPENDÊNCIA da CUT em relação às centrais sindicais mundiais existentes, assim como o reforço e ampliação das relações sindicais do campo progressista e avançado, constituem as premissas para a política mais ajustada.

De outro lado, consideramos fundamental a discussão do programa de ação internacional da CUT e defendemos que as duas questões (filiação e política internacional da CUT) sejam debatidas e votadas separadamente. Isso pode possibilitar a aprovação de uma plataforma com certa base de unidade para a ação da CUT. Para nós, os cinco pontos contidos no documento da Plenária de Guarapari (Autonomia, Pluralidade, Finanças, Alianças Progressistas, Socialismo) deve se somar aos pontos de política internacional que estão no texto base da CUT para as Plenárias Estaduais.

Em resumo: Somos contrários à filiação a CUT à Ciosl (razões à cima), defendemos que ela se mantenha independente, somos a favor de uma política internacionalizada e que possibilite uma base de unidade.

Arquivo

CULTURA

Morre Atahualpa, a voz do minuano

Com a morte de Atahualpa Yupanqui, no dia 22 de maio, desaparece uma grande figura do canto folclórico, de raízes populares verdadeiras e histórica da América Latina. Atahualpa só podia ser comparado, em sua beleza e popular arte, à Violeta Parra. Ambos aprenderam seu canto no saber popular e o desenvolveram para mostrar o verdadeiro rosto da América Latina.

Atahualpa nasceu Hector Roberto Chavero há 83 anos na cidade de San Juan de La Cruz, Província de Buenos Aires - Argentina. Morreu em Nimes, sul da França, onde vivia desde os tempos da cruel ditadura militar argentina.

Eixos da carreta

"Los ejes de mi carreta" (Os eixos de minha carreta), "Caminito del Índio" (Atalho do Índio) e En el Tolima (canção dedicada às vítimas da violência policial que ensanguentou Bogotá, Colômbia, com vítimas estudantis e trabalhadoras no início da década de 50) são algumas de suas canções-poemas ou poemas-canções que embalaram os povos latino-americanos em suas lutas contra a opressão e pelos direitos à vida e à felicidade.

Cancioneiro gaúcho, Atahualpa era inseparável de sua guitarra (violão) nostálgica, guardada como o principal tesouro do poeta. Se homem e violão eram inseparáveis, Atahualpa, qual seu instrumento musical mais querido, expressava a doce nostalgia gaúcha dos pampas argentinos, nos quais sopra o frio vento do sul patagônico e se aquecem os corações enamorados das "fêmeas" e do mundo.

"É muito chato seguir e seguir a onda, andar e andar os caminhos sem nada para nos divertir" - escreveu Atahualpa em uma de suas canções. E assim seguiu pelo mundo, divertindo-se ele próprio com a música que vertia de seu coração para distribuir entre os hermanos latino-americanos.

A voz do minuano

Como um verdadeiro Payador (cantador espontâneo) que recolhe a voz e a memória dos caminhos, Atahualpa, apesar de essencialmente gaúcho, conseguiu, com Ernesto "Chê" Guerava, em outro sentido, universalizar a alma tímida, dolorida, apaixonada, terna e dura do gaúcho, recolhendo na solidão dos pampas horizontais as esperanças e a gauderice (qualidade de quem tem em cada lugar a sua pátria) que move os gaúchos em direção à paixão pelas mulheres e pela vida livre e sem patrões.

Sem patrões. Assim foi o canto de Atahualpa. Ainda, poucos dias antes da morte, lembrou os 500 anos da conquista da América pelos "patrões" coloniais e a definiu como uma oportunidade não para comemorar "uma celebração desmemoriada, mas para que nos olhássemos no espelho, olhando a nós próprios".

"Onde sinto um sopro amistoso, ali apeo (desço do cavalo) e agradeço o meu violão. Se nada me oferecem sigo caminhando que é talvez o signo de meu destino caminhar, caminhar sempre. O homem anda na terra e, quando cansa, busca o refúgio embaixo dela" - escreveu Atahualpa em sua canção "Minuano" dedicada ao frio e cortante vento que vem da América Latina e aquecer os corações no sul gaúcho de nossa América Latina.



Atahualpa

SOCIALISMO

Debate socialista

O Partido Comunista do Japão (esquerda) vem organizando diversas reuniões para apresentar à militância e debater as resoluções do 8º Congresso do Partido Comunista do Brasil, assim como os resultados da reunião entre partidos marxistas-leninistas e revolucionários realizada em Brasília em 10 e 11 de fevereiro. A informação é do jornal *The People's Star*, boletim internacional do PCJ (esquerda).

Entre outras coisas, o jornal ressalta que o Congresso do PCdoB apontou a necessidade de superar a crise do socialismo através da luta firme contra a ofensiva anti-socialista promovida pelo imperialismo. *The People's Star* destaca ainda a indicação feita pelo 8º Congresso de estudar e tirar lições dos erros e desvios cometidos pelo PCUS e por Stálin no processo de construção do socialismo. Quanto ao movimento comunista internacional, o boletim internacional dos comunistas japoneses enfatiza que o 8º Congresso do PCdoB fez uma análise concreta das tendências e mudanças nos partidos e organizações marxistas-leninistas e tomou resoluções claras sobre o papel progressista de Cuba, Vietnã, Coréia do Norte e China.

Internacionalismo

O Partido do Trabalho da Bélgica, que recentemente recebeu a visita de uma delegação do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil, desenvolve ampla atividade de solidariedade internacional. Principalmente, os países socialistas, os movimentos de libertação nacional e os países do Terceiro Mundo que se opõem ao domínio imperialista, estão no centro da atenção do trabalho internacionalista do PTB e da *Liga Antiimperialista*, organização de frente única revolucionária na qual o partido é força expressiva. Entre os pontos principais do programa da Liga constam a luta contra a pilhagem neocolonialista aos países dependentes, o combate ao imperialismo norte-americano, o apoio aos movimentos revolucionários dos povos, a oposição radical ao imperialismo belga e europeu e a luta contra o racismo. Tudo isso numa perspectiva de conquistar o socialismo, considerado pela Liga como "a forma de sociedade que dá aos operários e aos camponeses pobres e médios as alavancas do poder político e econômico, e que permite um desenvolvimento acelerado e planejado da produção, a serviço do povo".

Coerência revolucionária

O jornal "La Juventud", semanário do Movimento 26 de Março do Uruguai, publicou na última edição de maio artigo de seu principal dirigente, Fernando Vazquez, defendendo a coerência revolucionária. Ele afirma entre outras coisas: "Hoje existem muitos que criticam o socialismo na direita e na esquerda... para receberem a proteção do imperialismo e das burguesias nativas. Este não é o caminho do M-26. O socialismo teve muitos acertos, ainda os tem, muito mais que os que empreenderam o caminho das concessões políticas e ideológicas". ... "O caminho da perestroika foi um caminho sem retorno, política sem princípios, que pôs em marcha o caminho da contra-revolução e abandonou os trabalhadores à mercê do capital", diz o dirigente revolucionário uruguaio.

DECLARAÇÃO DE PYONGYANG

Resistência revolucionária

José Reinaldo Carvalho
MEMBRO DO CC DO PCdoB

■ A declaração de Pyongyang "Defendamos e levemos adiante a causa do socialismo" alcança ampla repercussão em todo o mundo.

Partidos de diversos países incorporaram-se aos mais de 70 que tinham firmado a declaração no mês de abril na capital da República Popular Democrática da Coréia, elevando para 81 o número de organizações revolucionárias que adotam o documento. No início de maio, no congresso de unificação entre o Partido do Trabalho, a Liga Unida dos Comunistas e o Partido Comunista (Marxista-Leninista) de Bangladesh, que se fundiram numa só organização - o Partido do Trabalho de Bangladesh - foi aprovada uma resolução especial destacando a importância do documento.

Movimento de resistência

A ampla difusão e o apoio que a *Declaração de Pyongyang* vem obtendo, constitui um sinal de que se esboça em toda a parte um movimento de resistência e a tomada de posição mais firme pelos partidários do socialismo, em face da onda anticomunista que nos últimos anos inundou o planeta. Desde a queda do Leste europeu, o movimento revolucionário foi acometido por uma espécie de síndrome da terra arrasada. Na medida em que um a um os países ex-socialistas foram caindo nas mãos da burguesia e de grupos políticos de direita, francamente pró-imperialistas, criou-se um clima de desmoronamento, renúncia, traição e capitulação que mostrava falsamente a aparência de uma irremediável derrota.

Salvo a renitência de alguns "dinossauros", raros espécimes de uma raça em extinção, não haveria mais contraponto possível à hegemonia burguesa no mundo. A mídia controlada pelos monopólios cantou hinos de louvor ao "novo" partido "de la sinistra", sucessor do velho partido revisionista italiano, que reaparece no cenário abrindo mão do nome, das bandeiras e dos símbolos comunistas. Em toda parte, inclusive no Brasil, surgiram plataformas por uma "esquerda renovada", "popular socialista", etc. Ao passo que a tendência liquidacionista tomava corpo, a social-democracia dirigia-se ainda mais para a direita e os ataques da santa aliança entre esta, os oportunistas e a burguesia às forças autenticamente comunistas, revolucionárias e antiimperialistas se tornavam cada vez mais furiosos.

É neste contexto que se realça a extraordinária importância da *Declaração de Pyongyang*, primeiro documento unificado do movimento comunista e revolucionário mundial de defesa do socialismo depois dos acontecimentos na ex-URSS e no Leste europeu. As 81 organizações que o subscrevem tiveram a coragem de explicitar seu objetivo: "Defender e fazer avançar a causa do socialismo". Contrapondo-se ao senso co-



Pyongyang, capital onde os partidos assinaram a declaração

num do "fim da história" e da aparente vitória definitiva do capitalismo, a *Declaração de Pyongyang* enfatiza com justa razão: "A queda do socialismo e a restauração do capitalismo em alguns países representam uma grande perda para a causa do socialismo, mas não significam que se possa negar a superioridade do socialismo nem a natureza reacionária do capitalismo". E lança um apelo que deveria ser levado em alta conta por todos quantos estão empenhados numa alteração do balanço de forças a nível mundial: "Nas circunstâncias atuais, onde a nível internacional os imperialistas e os reacionários atacam juntos o socialismo e os povos, os partidos que os constroem e a eles aspiram, devem defendê-lo e levar adiante, assim como intensificar o apoio e a solidariedade mútuos na luta contra a dominação imperialista, o jugo capitalista e colonialista, pela justiça social, a democracia, os direitos à sobrevivência e à paz. Este é um dever internacionalista que se impõe à todos os partidos e forças progressistas".

Esforço pela unidade

A *Declaração de Pyongyang* assume significação especial na presente situação política também se encarada a partir dos esforços feitos por inúmeros partidos para combater a dispersão, evitar o isolamento e galgar um degrau a mais na unidade do movimento comunista e revolucionário.

A unidade das forças de vanguarda que lutam pelo socialismo foi duramente afetada há mais de 30 anos, quando o revisionismo se impôs no PCUS e em vários partidos de países socialistas ou não. Desde então imperou a divisão, o que objetivamente causou vários danos ao movimento revolucionário, porquanto a unidade anteriormente construída desapareceu, sob a nefasta ação desagregadora do revisionismo.

Contudo, atualmente, com a liquidação do partido revisionista na URSS, surge uma nova situação. Muitos partidos que anteriormente seguiam o PCUS começaram a fazer certas redefinições ideológicas, proclamam o socialismo como objetivo, defendem em princípio o marxismo-

leninismo e declaram-se dispostos a somar esforços na busca da unidade do movimento operário e revolucionário mundial.

É importante observar, nesse quadro de transição, que não há pólos orientadores, partidos ou países que dão as diretrizes a serem seguidas pelos demais. A própria *Declaração de Pyongyang* enfatiza, depois de fazer o chamamento à unidade: "Os partidos que lutam pelo socialismo e a humanidade progressista tiraram uma valiosa lição. Para defender a causa do socialismo e fazê-lo avançar, é preciso que cada partido mantenha firmemente uma posição de independência e desenvolva suas próprias forças. O movimento socialista é um movimento independente. O socialismo inicia-se e constrói-se nos marcos de cada país e de cada nação, onde seu partido e seu povo são os responsáveis por essa causa. Cada partido deve elaborar sua linha e sua política em função da realidade de seu país e das aspirações de seu povo e aplicá-las apoiando-se nas massas populares".

Um movimento nascente, ou melhor dizendo, redivivo, de feição variada, heterogêneo, disposto a unir-se, em que pesem divergências inevitáveis e naturais diferenças de enfoques e pontos de vista sobre muitas questões, e que dá efetivamente o primeiro passo no rumo da unidade. Tal é a evidência que emana do fato de mais de 80 partidos de todos os continentes terem assinado a declaração "Defendamos e levemos adiante a causa do socialismo".

A união dos partidos comunistas e revolucionários na luta pelo socialismo é a garantia que os povos têm de que podem deter a ofensiva da burguesia e do imperialismo e de que avançarão em seu combate pela independência e o progresso social. Por isso, a responsabilidade desses partidos é maior do que em outros períodos históricos. Assumir essa responsabilidade implica de imediato abrir mão de preconceitos e buscar novas formas de construir a unidade e a solidariedade internacional.

A *Declaração de Pyongyang* é um bom começo e um bom exemplo.

A *Declaração de Pyongyang* é um bom começo para a unidade do movimento comunista.

PCdoB

Acerca da filiação da CUT à CIOSL

■ A Comissão Política do CC do PCdoB, reunida em 4 e 5 de junho, discutiu a filiação da CUT à CIOSL. Batista Lemos, do CC do PCdoB, falou à *Classe* sobre isso.

CLASSE: Qual a posição tomada na reunião da Comissão Política acerca da filiação da CUT à CIOSL?

BATISTA: A reunião concluiu no sentido de defender a manutenção da independência da CUT em relação às centrais sindicais mundiais hoje existentes: CIOSL, FSM e CMT, sem se filiar a nenhuma delas. Que a CUT deve estreitar relações com as centrais sindicais, dentro e fora da CIOSL, destacando as centrais progressistas e do terceiro mundo. Dentro de uma visão ampla e internacionalista, da unidade para lutar contra a ofensiva do capital e do imperialismo.

CLASSE: Como está o quadro mundial para os trabalhadores?

BATISTA: No novo quadro mundial de fim da bipolarização e da débacle do socialismo, o movimento operário encontra-se numa situação de defensiva, mas não de terra arrasada, porque cresce também a resistência operária e popular. São vários os novos problemas a serem enfrentados para forjar a unidade de classe, a solidariedade internacional. Um deles é a grande ofensiva ideológica anticomunista. Outro problema é o caráter excludente do desenvolvimento capitalista com a chamada 3ª revolução industrial, dividindo a força de trabalho entre trabalhadores empregados e sem empregos, ao mesmo tempo que se altera o perfil da classe operária, originando os operários chamados "colarinhos brancos", os técnicos e engenheiros que vão substituindo o trabalho direto. Isto interfere na estrutura da consciência de classe do proletariado e na organização dos trabalhadores. A nível geral diminui o poder aquisitivo dos salários e aumenta a flexibilização da jornada de trabalho. São questões a serem enfrentadas no plano político, teórico e prático pelo sindicalismo classista.

CLASSE: Qual o grau de resistência do movimento operário?

BATISTA: Na medida que agravam as contradições do sistema capitalista, com a falência do estado de bem-estar social e derrota da social-democracia, surgem fenômenos surpreendentes como as ondas de greve na Europa, os acontecimentos de Los Angeles, na Venezuela, e as manifestações contra a ditadura em Bangcoc, Tailândia, etc. No campo do movimento operário revolucionário além de Cuba, Coreia do Norte e China que resistem à nova ordem imperialista, ressurtem partidos comunistas e revolucionários em várias partes do



João Batista Lemos

mundo inclusive na ex-União Soviética.

CLASSE: Diante desta situação qual é a estratégia dos comunistas para o movimento sindical mundial?

BATISTA: Diante desta profunda crise do capitalismo mundial e da resistência dos operários, pensamos que é preciso trabalhar uma estratégia para formar um polo classista e de luta visando fazer frente à nova estratégia imperialista.

CLASSE: Qual a relação da posição do PCdoB de não avalizar a filiação da CUT à CIOSL com a estratégia classista?

BATISTA: Encaramos essa questão como de relevância política. Levamos em conta o quadro do movimento sindical mundial:

A FSM (Federação Sindical Mundial, cuja sede em Praga, desmoronou-se juntamente com a queda do Leste europeu e a desintegração da URSS) e suas principais centrais (filiadas ou de influência) na Europa passam por um processo de desfiliação como a CGT-Francesa, juntamente com a CGTP-IN (Portugal) e a CCOO (Espanha) que priorizam sua atuação na CES (Confederação Europeia de Sindicatos) o que faz sentido, para intervir no mercado comum europeu, mas não apontam ainda para a filiação à CIOSL. Na América Latina, a CTC (Confederação dos Trabalhadores de Cuba), a COB (Confederação dos Operários da Bolívia), a CGTP (Confederação Geral dos Trabalhadores do Peru) mantêm-se filiadas à FSM: e as outras sob influência, como PIT-CNT Uruguai, a CUT Chilena, a CUT da Colômbia discutem a filiação à CIOSL.

Este quadro não apresenta perspectivas de revitalização da FSM. A COSATO África do Sul, dirigida pelo PCAS (Partido Comunista da África do Sul), em seu último congresso em julho de 91 decidiu pela não filiação a nenhuma das centrais sindicais mundiais. Porém, hoje, também existem setores que internamente discutem a filiação à CIOSL.

A CMT (Confederação Mundial

do Trabalho de orientação democrata-cristã) atua em um campo muito reduzido. Não se funde à CIOSL, mais por estar fiél aos princípios de pluralismo sindical.

E a CIOSL (Confederação Internacional de Organizadores de Sindicatos Livres, de conteúdo liberal e social-democrata, com sede em Bruxelas). A trajetória da CIOSL tem como marca posições anti-comunistas, de colaboração de classes, pró-capitalistas. Internamente a polarização que se dá é entre o sindicalismo pragmático da AFL-CIO com o sindicalismo social-democrata europeu. Af se refletem também as contradições dos blocos imperialistas. No entanto, com a entrada de algumas centrais sindicais representativas como

a CGIL (Itália) e outras que resistiram até pouco tempo à filiação, poderiam influir em um rumo democrático dessa central, abrindo brechas de atuação. Mas a evolução da CIOSL não se dá no sentido da defesa dos interesses de classes e progressistas dos trabalhadores.

CLASSE: O que significa a filiação da CUT à CIOSL, como propõe a Articulação?

BATISTA: No nosso entendimento isso não pode ser encarado como uma questão de vida ou morte dentro da CUT, faz parte do jogo democrático, da luta de idéias e interesses políticos. Nesse sentido, mesmo que a CIOSL se configure como a grande central mundial, avalizar a filiação da CUT a esta central, seria avalizar esta onda liberal e social-democrata. Pois a CIOSL se fortalece com a vitória do capital neste fim de século. Propõe saídas de consenso e de pactos sociais diante das crises, prioriza os fóruns tripartites, apregoa uma "nova ordem democrática", mas em que bases? Sobre a base imperialista? Neste quadro avaliamos que a formação de um pólo classista não passa no momento pela CIOSL, mas sim por uma postura independente que permita uma relação internacional mais ampla, capaz de aglutinar as centrais sindicais mais comprometidas com os interesses dos trabalhadores. Acreditamos que pela importância da CUT no cenário político-sindical internacional, é possível levar esta política sem se isolar.

Para o movimento sindical classista diante da atual correlação de forças o caminho é lutar por um sindicalismo de resistência e anti-capitalista, na defesa de interesses imediatos e históricos dos trabalhadores. E isto não é marchar na contra-mão da história, pois o capitalismo, como está sendo provado, não é capaz de resolver os grandes problemas da humanidade. É ver esta situação em perspectivas. O momento é de acumulação de forças e de criar as melhores condições para a luta da emancipação dos trabalhadores em todo o mundo.

LUTA
TEÓRICAAlianças políticas
vivem de contradições

Jefferson Barros

O proletariado, em sua luta contra o capital e o imperialismo, não é um agente social isolado. Mas só quando supera a luta simplesmente econômica se expressa como sujeito decisivo na construção da nova sociedade imperialista. A elevação da luta operária à luta política foi uma grande conquista dos trabalhadores internacionais ainda no século XIX, quando o "Manifesto Comunista" (1848) colocou com clareza científica a necessidade de transformar o proletariado em partido.

O partido operário opera na sociedade em conflito permanente e convergências ocasionais com partidos de outras classes, inclusive os burgueses. O próprio Marx, em 1864, dá um exemplo desta frutuosa convergência partidária que possibilitou a legislação sobre a jornada de trabalho. Uma vitória operária, conseguida graças às divergências momentâneas das classes dominantes.

O fim e os meios

Lênin, em "Que Fazer?" (1902), ensina que a ação do partido proletário passa, necessariamente, pelo convívio e alianças conjunturais com outras classes. Só assim, o proletariado exerce, na prática, seu aprendizado para se tornar força hegemônica da sociedade. No Brasil, o partido operário (PCdoB), em seus 70 anos, acumulou experiência na política de alianças. Foi um erro não participar da chamada "Revolução de 30", que permitiu a ascensão de setores mais progressistas das classes exploradoras ao poder. Por outro lado, é evidente que os comunistas contribuíram para o avanço da consciência revolucionária participando ativa e decididamente da grande frente democrática contra a ditadura, pela anistia e pelas diretas já, assim como tiveram presença firme na Frente Brasil Popular em 89.

Em sua luta pelo socialismo, definida como objetivo estratégico pelo 8º Congresso, o PCdoB caminha por conjunturas sociais volúveis, nas quais além da contradição entre proletariado e burguesia (imperialismo) manifestam-se outras contradições de classes e camadas sociais, que se expressam nos diversos partidos.

O grande princípio da política de alianças é sua submissão ao objetivo estratégico (e eleitoral) é sempre feita com partidos que representam interesses diversos e, na maioria dos casos, em essência anti-operários. Neste sentido, do ponto de vista dos princípios gerais, todos os outros partidos são iguais. O que os torna diferentes são o momento político e as conjunturas regionais.

Sem a leitura correta desta "unidade na diversidade" dos partidos não-operários é impossível definir uma correta política de alianças. Pois se tenderá ao privilégio particular de um ou outro, como se fora uma aliança ideológica e não político-eleitoral (sectarismo). Mas sem a justa percepção de nossos objetivos estratégicos dentro da aliança se cometerá o erro inverso. O que decide é o objetivo estratégico (no caso, a estruturação de um influente partido de massas lutando pelo socialismo, já). A tática acompanha o movimento dialético da história, no qual o partido operário deve encontrar o caminho para a realização da nova sociedade socialista.

O princípio da política de alianças é sua submissão ao objetivo estratégico

A LEI DAS PATENTES

Significa remédios mais caros e atraso técnico

Luis Antonio Paulino

"As patentes são um paraíso para os parasitas"
"A proteção por meio de patentes constitui um obstáculo ao desenvolvimento do comércio e da indústria"

De quem são essas frases? De um dirigente de um laboratório farmacêutico multinacional? De um deputado da Frente Parlamentar Nacionalista? De alguma Organização Não Governamental presente ao Fórum Global na Rio-92?

Se você escolheu a primeira alternativa, acertou. O autor dessas frases é J. Geigy-Merian, fundador da multinacional suíça Ciba-Geigy. Só que há um pequeno detalhe. Elas foram ditas há mais de 100 anos atrás, mais precisamente em 1883.

Hoje a postura desta empresa, assim como de todas as outras multinacionais que atuam em todos os setores que envolvem tecnologia de ponta é exatamente oposta. São todos ferrenhos defensores de um rigoroso sistema de patentes. Reivindicam na atual Rodada Uruguia do GATT que os países que não reconheçam patentes nessas áreas possam ser objeto de penalidades por parte dos países "prejudicados".

O que levou essas empresas e seus respectivos governos a mudarem de posição nesse espaço de tempo? Muito simples. Há 100 anos atrás essas empresas e países não detinham os conhecimentos tecnológicos mais avançados e dependiam do livre acesso a esses conhecimentos para montar sua própria indústria. Hoje, essas empresas e países são líderes nessas áreas e estão extremamente interessadas em fechar as portas do clube para evitar a entrada de novos concorrentes. Através do monopólio do conhecimento tecnológico pretendem manter o monopólio dos mercados e assim dividir o mundo entre si.

Interesse estratégico

Os direitos internacionais de patentes são regulados pela *Organização Mundial para a Propriedade Industrial - OMPI*, através da *Convenção de Paris*, assinada em 1883 e da qual o Brasil é o quarto signatário. Essa convenção faculta aos diversos países participantes do acordo excluir da patenteabilidade determinadas áreas do conhecimento ou da atividade econômica que venham a considerar de interesse estratégico para seu desenvolvimento. Foi com base nessa prerrogativa que muitos países, inclusive o Brasil, deixaram de reconhecer patentes em áreas tidas como essenciais. Os próprios Estados Unidos por exemplo, até hoje não reconhecem patentes para descobertas relativas ao núcleo atômico. Na verdade, a maioria dos países desenvolvidos só veio a reconhecer o domínio tecnológico sobre aquele ramo do conhecimento de forma a tirar vantagens sobre o seu monopólio. Nenhum deles estendeu os direitos de propriedade industrial simplesmente para beneficiar empresas ou residentes de outros países, como querem que hoje os países em desenvolvimento o façam. O Japão por exemplo só reconheceu patentes no setor farmacêutico em 1976, quando sua indústria já ocupava o segundo lugar na produção mundial de medicamentos e dominava 80% do seu merca-

do interno. A Suíça, sede de alguns dos maiores laboratórios farmacêuticos do mundo, só o fez em 1976. A França em 1958. A Alemanha em 1968. A Itália e a Suécia em 1978 e a Espanha em 1992.

Ocorre porém que esses mesmos países, com os Estados Unidos à frente, querem agora negar esse direito aos países do terceiro mundo. Sob todo tipo de ameaças, transgredindo inclusive as próprias normas do GATT, os países ricos procuram forçar os países em desenvolvimento a reconhecer patentes em todas as áreas e, principalmente, naquelas intensivas em conhecimento, nas quais construíram suas novas vantagens comparativas. Seu objetivo é forçar uma nova divisão internacional do trabalho, onde os países em desenvolvimento serão apenas mercados consumidores dos produtos derivados da terceira revolução industrial e fornecedores de matérias-primas e produtos de baixo valor agregado. O Brasil vem sofrendo grandes pressões nesse sentido. Em 1985 o governo Reagan sobretaxou as exportações brasileiras para os EUA por conta da nossa reserva de mercado para informática. Em 1988, exportações brasileiras no valor de US\$ 839 milhões foram sobretaxadas por conta do não reconhecimento de patentes na área farmacêutica. E não é só o Brasil. Outros países como China, Coreia do Sul, Taiwan, Tailândia, Índia e México vêm sendo objeto de pressões principalmente dos Estados Unidos.

Capitulação diante das multinacionais

Que as grandes multinacionais e seus respectivos países de origem ajam desta forma dá para entender. Afinal de contas, não é novidade nenhuma que o seu objetivo é o lucro máximo e domínio absoluto dos mercados. Esperar deles um comportamento ético seria no mínimo um sonho pueril. Mas que o governo brasileiro venha a adotar uma postura semelhante, quando se sabe que o reconhecimento de patentes nessas áreas significará a liquidação de qualquer possibilidade de desenvolvimento próprio em setores estratégicos e de grande interesse social como os medicamentos, a química fina e a biotecnologia é na prática uma transferência adicional de renda do Brasil para esses países. Aí já não é uma questão tão trivial. No mínimo, o governo deveria estabelecer certas salvaguardas visando defender os interesses nacionais. Afinal de contas a própria Convenção de Paris nos oferece essas prerrogativas. O que se vê entretanto é exatamente o contrário. O projeto de lei 824/91 que o governo Collor enviou ao Congresso Nacional atenta contra os mais elementares direitos do povo brasileiro, à sua auto-determinação. É uma vergonhosa capitulação diante das multinacionais e do governo americano. Atende a todas as suas reivindicações sem que haja um mínimo de reciprocidade. Estende o direito de patenteamento aos medicamentos, aos produtos alimentícios, à química fina e à biotecnologia; aumenta o prazo de vigência do monopólio de 15 para 20 anos; introduz a absurda figura da patente de importação - inédita no mundo - que permite a exploração da patente pela simples importação do produto sem necessidade de fabricação local; permite até a retroatividade das patentes nessas áreas, passando o Brasil a reconhecer não só as futuras patentes como também aquelas que já estão em vigor no exterior.

Além do bloqueio ao desenvolvimento do Brasil nessas áreas, a eventual aprovação desse projeto traria entre outras conseqüências o aumento do preço dos medicamentos tanto devido ao pagamento de *royalties* como ao completo domínio do mercado pelas multinacionais. Na Itália, por exemplo, antes do reconhecimento das patentes o preço dos produtos farmacêuticos era 54% inferior aos preços praticados no mercado norte-americano. Após o reconhecimento das patentes nessa área, os preços tornaram-se 67% superiores. Um aumento portanto de 263%. A produção de alimentos seria igualmente afetada dado que o livre acesso dos agricultores às variedades melhoradas também seria bloqueado pelas patentes em biotecnologia. Acrescente-se a tudo isso ainda o risco de desabastecimento, dado que passaríamos a depender em grande parte da importação desses produtos e finalmente a desindustrialização e o agravamento do desemprego no país.

Se como diz o ditado "um gesto vale por mil palavras", aí está um gesto bem concreto do governo Collor a demonstrar seu caráter reacionário, subserviente ao imperialismo. Mais do que isso: revela a incapacidade da elite brasileira de pensar um projeto político independente para o Brasil, de uma inserção internacional soberana. Para eles o Brasil só tem um meio de se inserir na nova divisão internacional do trabalho: de quatro.

